

O E S S E N C I A L S O B R E

# Aristides de Sousa Mendes

Cláudia Ninhos



*Histórias de Sousa Mendes*

**N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L

O ESSENCIAL SOBRE

# Aristides de Sousa Mendes

Cláudia Ninhos

# Índice

- 7 **Introdução**
- 11 **Os primeiros anos**
- 17 **O ingresso no Ministério dos Negócios Estrangeiros**
- 23 **Em Zanzibar**
- 31 **Em Curitiba**
- 37 **Em comissão de serviço em São Francisco**
- 45 **De regresso ao Brasil e novamente em Portugal**
- 49 **Em Antuérpia**
- 55 **Em Bordéus**
- 65 **O fatídico mês de junho**
- 71 **Em Baiona**
- 83 **O processo**
- 85 **A resposta à nota de culpa**

91	<b>A pena</b>
97	<b>Uma família salva por Aristides</b>
101	<b>Não desistir</b>
111	<b>História e memória</b>
117	<b>Notas</b>
121	<b>Fontes e bibliografia</b>
125	<b>Agradecimentos</b>

# Introdução

Este livro, fazendo jus ao nome da coleção em que se insere, pretende oferecer ao leitor um resumo rigoroso da história de Aristides de Sousa Mendes. Devido aos constrangimentos impostos pelas características destes volumes, a biografia que agora apresentamos limita-se a abordar a sua carreira, deixando de lado questões de natureza pessoal e dando especial enfoque aos acontecimentos ocorridos em Bordéus, em 1940.

Hoje em dia, a maioria das pessoas está familiarizada com a figura de Aristides, conhecendo pelo menos os acontecimentos protagonizados pelo cônsul de Portugal em Bordéus no fatídico mês de junho de 1940. No entanto, nem sempre foi assim. Durante décadas, esta figura permaneceu no esquecimento e o estado de degradação a que chegou a Casa do Passal, que quase ruiu, reflete a pouca importância e o fraco reconhecimento a que foi votado durante décadas. Será Israel a reconhecer Aristides

pela primeira vez, já na década de 1960, quando Portugal vivia ainda sob o jugo de uma ditadura. No seu próprio país, a memória do antigo cônsul manteve-se no esquecimento, até meados da década de 1980, quando o então presidente da República, Mário Soares, lhe concedeu a Ordem da Liberdade, a título póstumo, em 1987. Um ano depois, foi a vez de a Assembleia da República o reintegrar na carreira diplomática, sendo promovido a embaixador. A partir de então, a sua história difundiu-se paulatinamente. Os livros de Rui Afonso e o documentário produzido por Diana Andringa e realizado por Teresa Olga, que passou na RTP em 1993, tiveram um papel essencial no resgate desta memória e na sua popularização. O programa «Grandes Portugueses», de 2006, colocá-lo-ia no «pódio» das escolhas dos espectadores do canal público, ainda que depois das figuras de António de Oliveira Salazar e de Álvaro Cunhal. Ainda hoje, Aristides é uma figura polarizada na sociedade portuguesa. Se, por um lado, existe quem aspire à sua «beatificação», por outro lado, os seus detratores procuram branquear, distorcer e diminuir a sua ação. Na sua autobiografia, o diplomata João Hall Themido, que foi embaixador de Portugal em Washington entre 1971 e 1981, transitando assim do Estado Novo para a Democracia, fez questão de dedicar um capítulo a Aristides. Uma escolha surpreendente a do diplomata português que, num livro dedicado à sua história pessoal, opte por refletir sobre as opções de outro funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) com o intuito de desconstruir o que considerava ser o «mito» de Aristides. Em sua opinião, foram a «Família de Aristides de Sousa

Mendes, grupos judaicos e forças de esquerda [que] ressuscitaram o assunto [...]» (Themido, 2008: 173). Também o embaixador Carlos Fernandes publicou um livro com o objetivo de «repor a verdade histórica» (Fernandes, 2013). Em entrevista ao jornal *O Diabo*, Carlos Fernandes afirmava ter escrito ao ministro da Educação alertando-o para o facto de se ensinarem nas escolas portuguesas informações falsas. No ar, deixava uma ameaça: «Ou muda isto, ou eu daqui a uns tempos vou ter que processar os autores disto.» Garantia que «Aristides não salvara ninguém da morte, porque em 1940 ninguém estava em risco de vida.»

Mais recentemente, um dirigente do CDS-PP, Abel Matos Santos, partilhou no seu Facebook elogios a Salazar e à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), criticando ferozmente Aristides de Sousa Mendes, a quem chamou «agiota de judeus». A Comunidade Israelita de Lisboa protestou veementemente, o que levou a um pedido de desculpas de Matos Santos, que garantia ter «o maior respeito e admiração pelo povo judeu». Afirmava ainda ser «convictamente, por formação humana, um adversário político do antissemitismo e do negacionismo» e ter orgulho «no acolhimento e no trânsito amigo que muitos judeus encontraram» em Portugal «aquando da fuga aos horrores do Holocausto». No entanto, Matos Santos não se retratava nas críticas a Aristides de Sousa Mendes.

Segundo a socióloga suíça Monique Eckmann (2016), uma das características do «negacionismo *soft*» é não só as críticas às ações dos «Justos», mas também a tardia reabilitação e reconhecimento. No caso de Aristides de Sousa Mendes, ambas são

verdadeiras. O conhecimento da sua história apenas foi possível depois de o Estado Novo ter caído e porque o país se transformara numa democracia, procurando na Europa o seu caminho para a democratização. Fazer parte da Comunidade Europeia significava, necessariamente, conhecer e reconhecer o Holocausto. A reavaliação e questionamento das narrativas oficiais do regime sobre a guerra só aconteceria no final da década de 1990, nomeadamente a questão do ouro nazi.

Ao longo dos anos, foram inúmeras as exposições, um pouco por todo o mundo, que deram a conhecer Aristides de Sousa Mendes. Três organizações, em França, Portugal e Estados Unidos da América (EUA), respetivamente o Comité Sousa Mendes, a Fundação Aristides de Sousa Mendes, e a Sousa Mendes Foundation têm dado um enorme contributo para a disseminação deste conhecimento. A Casa do Passal, já objeto de uma primeira intervenção em 2015, que permitiu a recuperação do exterior, será alvo de uma nova intervenção, que conduzirá à sua musealização, sendo provavelmente no futuro o «lugar de memória» por excelência deste passado. Na verdade, já o é atualmente, sendo procurada por visitantes, mesmo estando encerrada ao público.

A nível académico, existem já duas dissertações de doutoramento e uma tese de mestrado sobre o tema. A história de Aristides de Sousa Mendes está, portanto, bem documentada e estudada. Este livro tem, por isso, a modesta aspiração de ser mais um dos muitos contributos elencados na bibliografia, a partir de uma abordagem não maniqueísta, fundamentada nas fontes primárias.

## Os primeiros anos

Aristides de Sousa Mendes nasceu na pequena localidade de Cabanas, a 19 de julho de 1885. Segundo o registo de batismo, eram quatro horas da manhã quando veio ao mundo, no lugar do Aido. Horas antes, ainda no dia 18, nascera o seu irmão, César. Eram os primeiros filhos de Maria Angelina Ribeiro de Abranches, natural da freguesia de Midões, e de José de Sousa Mendes, natural da freguesia de Beijós. Os gémeos eram netos maternos de Silvério Coelho Paes do Amaral e de Maria dos Prazeres Ribeiro Abranches e netos paternos de Manuel de Sousa e Raquel Midões. O batismo decorreu dois meses depois do nascimento, a 21 de setembro, na igreja de Cabanas. Os padrinhos de Aristides foram o seu tio paterno, António de Sousa Mendes, e a avó materna. Os gémeos manteriam, ao longo da vida, uma relação de grande proximidade, apoiando-se mutuamente, em especial nos momentos mais difíceis. A família voltaria a crescer anos mais tarde,

em 1895, com o nascimento de José Paulo, o irmão mais novo.

O pai, José de Sousa Mendes, que estudara igualmente Teologia em Coimbra, era bacharel em Direito. Começou a carreira de magistrado no mesmo ano em que os seus filhos primogénitos nasceram, tendo chegado a juiz do Tribunal da Relação de Coimbra. A sua esposa, Angelina, oriunda da aristocracia, descendia do visconde de Midões. Desde 1851, ano em que o duque de Saldanha levou a cabo um golpe, que Portugal vivia o período da «Regeneração». O constitucionalismo português entrara finalmente num período de relativa estabilidade, assente no rotativismo político, depois de anos de pronunciamentos militares e guerras civis. O programa político da «Regeneração» apostara no fomento económico. No entanto, a terra onde Aristides nascera estava ainda muito distante do centro político do país, a capital Lisboa. Cabanas, que desde 1970 passou a denominar-se Cabanas de Viriato, localiza-se no concelho de Carregal, na Beira Alta, a poucos quilómetros da cidade de Coimbra. O caminho de ferro em Portugal era ainda incipiente, tendo a Linha da Beira Alta sido inaugurada apenas em 1882. Os censos de 1878 indicavam que a população de Cabanas era inferior a 1400 habitantes. Tratava-se, portanto, de uma freguesia pequena e rural, num meio marcadamente católico e conservador. O Portugal do final do século XIX era ainda um país predominantemente rural, onde grassava o analfabetismo. Aristides e César tiveram a sorte de nascer numa família abastada, que lhes permitiu contornar as dificuldades enfrentadas pela esmagadora maioria de população portuguesa. Puderam

estudar, chegar à universidade e aspirar ao ingresso no seletivo meio que era o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ao longo da vida, no entanto, enfrentariam dificuldades várias, que colocaram os gémeos à prova.

A profissão do pai obrigou a família a sair de Cabanas e a percorrer o país de lés a lés e a viver e estudar em diferentes cidades, em Maфра, em Aveiro ou em Évora, regressando à terra natal sempre que podiam. Depois de frequentarem o ensino em várias escolas do país, nos locais onde o pai ia sendo colocado, em 1902 os gémeos foram admitidos na Universidade de Coimbra, na época a única universidade do país. Iriam estudar na Faculdade de Direito, tal como o pai. Naquele ano entrara em vigor uma nova reforma curricular. Aristides morava então no n.º 16 da rua Sub-Ripas. Frequentou as disciplinas de Sociologia Geral e Filosofia do Direito, de História Geral do Direito Romano Peninsular e Português e de Princípios Gerais do Direito Civil e Direito Civil, nas quais obteria a classificação de 17 valores (Rodrigues, 1995).

Do seu percurso por Coimbra destaca-se a participação de Aristides e César, então no 4.º ano do curso de Direito, no grupo de iniciadores das Festas de Receção aos Novatos, no início do ano letivo de 1905-1906. Estas foram muito elogiadas pela imprensa portuguesa, por contraporem à velha tradição, muitas vezes agressiva, um conjunto de iniciativas de cariz cultural que visavam receber fraternalmente os novos alunos. Integraram igualmente a comissão organizadora figuras como José d'Arruela, seu presidente, Alfredo Pimenta, Agapito Pedro Rodrigues, Vasco Quevedo. Mais tarde,

O livro **O ESSENCIAL SOBRE  
ARISTIDES DE SOUSA MENDES**  
é uma edição da  
**IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA**  
tem como autor  
**CLÁUDIA NINHOS**  
design e capa do ateliê  
**SILVADESIGNERS**  
revisão de  
**JOSÉ VIEIRA**  
e paginação de  
**PAULO BARATA.**  
Tem o ISBN **978-972-27-2947-5**  
e o depósito legal **483 204/21.**  
A primeira edição  
acabou de ser impressa no mês de **JUNHO**  
do ano **DOIS MIL E VINTE E UM.**  
CÓD. 1024869

Imprensa Nacional  
é a marca editorial da **INCM**  
**IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**  
Av. de António José de Almeida  
1000-042 Lisboa  
[www.impresanacional.pt](http://www.impresanacional.pt)  
[www.incm.pt](http://www.incm.pt)  
[www.facebook.com/ImprensaNacional](https://www.facebook.com/ImprensaNacional)  
[editorial.apoiocliente@incm.pt](mailto:editorial.apoiocliente@incm.pt)

O E S S E N C I A L S O B R E

# Aristides de Sousa Mendes

Cláudia Ninhos

Aristides de Sousa Mendes era o cônsul de Portugal na cidade francesa de Bordéus quando em 1940 a Alemanha invadiu e ocupou diversos países da Europa Ocidental. À medida que o exército alemão penetrava no território francês, milhares de refugiados lançaram-se às estradas, numa tentativa desesperada de abandonar uma Europa em guerra. Esbarraram, no entanto, em políticas de concessão de vistos extremamente restritivas. Desafiando as diretrizes impostas pelo governo português, Aristides concedeu ilegalmente milhares de vistos. Aquando do processo disciplinar de que foi alvo, argumentou em sua defesa não poder «fazer diferenças de nacionalidades, visto obedecer a razões de humanidade que não distinguem raças nem nacionalidades». Foi condenado a um ano de inatividade e de seguida aposentado. A sua reabilitação e reconhecimento foi um processo lento e difícil, só concluído na década de 1980.

ISBN 978-972-27-2947-5



9 789722 729475

em memória



NUNCA ESQUECER